

FMI não exigirá limite rígido para a inflação em 84

A meta inflacionária para o ano que vem somente será definida pelo Fundo Monetário Internacional em fevereiro, quando uma nova missão de técnicos do organismo voltar ao Brasil. Mas será bem maior que a taxa de 50% negociada pela missão que esteve no País em agosto, segundo revelou ontem em Brasília uma fonte da área econômica.

O FMI não deverá exigir um teto rígido de inflação porque levará em consideração as medidas que o governo brasileiro vem executando, como a aceleração do processo de retirada dos subsídios.

Os técnicos do FMI, segundo a fonte, têm-se mostrado satisfeitos com os primeiros resultados provocados pelas medidas do programa de ajuste econômico executado pelo Brasil. A preocupação atual dos economistas do Fundo é estudar, para conhecer ao máximo, os mecanismos de fixação dos indicadores econômicos brasileiros. É por isso que a chefeadjunta da Divisão do Atlântico do organismo, Ana Maria Jul, passará todo o dia de hoje reunida com técnicos da Fundação Getúlio Vargas, no Rio, observou a fonte. O FMI, disse, só pode acompanhar de forma satisfatória a evolução de uma economia indexada, como a brasileira, se conhecer a fundo os mecanismos de fixação dos índices.

A mesma fonte da área econômica admitiu que a atual missão do FMI, composta de Jul e do economista Henri Ghesquiere, "não é assim tão desimportante como se tem dito". Lembrou que, apesar de não terem vindo com a incumbência de realizar negociações, Jul e Ghesquiere têm exigido várias explicações sobre o desempenho do programa de ajustamento que o governo vem executando, por exigência do Fundo. Jul tem mantido contatos permanentes com o diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, Eduardo Wiesner, que chefiou a missão que esteve em julho no Brasil e negociou o Decreto-Lei n° 2.045, posteriormente substituído pelo Decreto-Lei n° 2.065.

Ontem, depois de reunir-se com o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nóbrega, com o secretário especial de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, e com o superintendente do Instituto de Planejamento da Sepplan, José Augusto Savazini, Jul fez uma ligação telefônica, do Banco Central, para Wiesner, ao qual fez um relato do trabalho que ela e Ghesquiere vêm realizando junto às autoridades brasileiras.

Manipulações

A economista do FMI esteve reunida também com o chefe do Departamento Econômico do BC, Alberto Furuguem, do qual solici-

tou explicações sobre a fórmula de fixação dos indicadores monetários. Esta informação foi prestada por Furuguem ao deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), que também esteve no Banco Central para apurar denúncias de que os índices estariam sendo manipulados indevidamente pelos técnicos.

Furuguem explicou a Jul e a Suplicy por que os índices da expansão dos meios de pagamento (moeda em poder do público mais os depósitos à vista nos bancos comerciais) estão tão abaixo da taxa de crescimento do Índice Geral de Preços (IGP). A expansão da moeda registrada é de 90%, enquanto o IGP está já acima dos 200%. Segundo explicou Furuguem, o IGP, que regula a fixação da inflação, sofreu uma subida vertiginosa devido à maxidesvalorização do cruzeiro, de 30%; ao reajuste dos derivados de petróleo, de 40%, em março; à retirada do subsídio ao trigo; e à seca do Nordeste e às enchentes no Sul, que provocaram escassez e alta nos produtos agrícolas. A taxa de expansão da moeda tem-se mantido estável, segundo Furuguem, porque as pessoas têm preferido aplicar o seu dinheiro nas diversas modalidades de investimento, em vez de segurá-lo e deixar que ele perca o seu valor em função da inflação. Tanto Jul como Suplicy ficaram satisfeitos com as explicações.